

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

JENNIFER GABRIELLY BOB

A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE PATOLOGIZAÇÃO/MEDICALIZAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO.

MARINGÁ

2022

JENNIFER GABRIELLY BOB

A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE PATOLOGIZAÇÃO/MEDICALIZAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO E SEUS RESPECTIVOS DESDOBRAMENTOS NA PRÁTICA  
DOCENTE.

Pesquisa apresentada como requisito para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Caldas Ribeiro Ramon.

MARINGÁ

2022

## RESUMO

Este artigo procura compreender a relação entre o processo de patologização e consequente medicalização da educação e alguns desdobramentos entendendo assim como a medicalização da vida e da educação reforça o fracasso escolar na escola capitalista, buscando atentar-se ao processo de produção da medicalização como um expressivo desafio para a escola e a prática docente. Os dados sobre este processo são expressivos e crescentes e envolvem um grande desafio para a aprendizagem. Em uma discussão sociológica retomamos as do Estado e a função social da escola com suas respectivas repercussões societárias. As análises desenvolvidas ao longo do texto apontam a relação da patologização/medicalização dos problemas educacionais como essencial discussão para a busca de formação inicial e continuada de condutas críticas de educadores e todos os profissionais envolvidos no desenvolvimento infantil e toda sociedade.

**Palavras-chave:** Medicalização, práticas docentes, educação.

## ***THE RELATIONSHIP BETWEEN THE PATHOLOGIZATION/MEDICALIZATION PROCESS OF EDUCATION AND ITS RESPECTIVE OUTCOMES IN TEACHING PRACTICE.***

## ABSTRACT

This article critically analyzes the understanding of the relationship between the pathologization process and consequent medicalization of education and its respective unfolding in teaching practice, how this medicalization of life and education reinforces school failure in the capitalist school, seeking to pay attention to the process of production of phenomenon of medicalization as a significant challenge for school and teaching practice. As well as the first studies on the subject revealing over the years the significant increase in the use of medicines for teaching and learning. Among the problems of the State towards the social function of the school and the repercussions on contemporary society. The analyzes developed throughout the text point to the relationship between pathologization/medicalization of educational problems as an essential discussion for the search for initial and continuous training and better conduct of educators, health professionals, psychologists in relation to child development and the whole society.

**Keywords:** Medicalization, teaching practices, education.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema deste estudo busca compreender a relação entre o processo de patologização e consequente medicalização da educação e seus respectivos desdobramentos na prática docente. É sabido a existência de um vertiginoso crescimento de tal situação na seara educativa, sendo que esta tem se mostrado como um expressivo desafio para a prática docente, entendemos que a mesma demanda uma visão ampliada e crítica de tal processo. (MOYSES, COLLARES, 2014).

Em muitos estágios curriculares ao longo da graduação em instituições diferentes, foi possível observar como a posição da escola e o professor se faz necessário nessa tomada de encaminhamentos a outros profissionais, visto que a presença do professor é diária no contexto do aluno.

O problema de pesquisa em questão emerge de reflexões sobre o que é considerado um comportamento inadequado, a ponto de utilizar medicações para “solucionar” os problemas que determinadas crianças demonstravam.

Da mesma forma que temos campanhas constantes e alertas sobre os perigos da automedicação ou ao uso indevido de medicamentos, pois medicamentos aparentemente inofensivos podem ocasionar danos quando usados inadequadamente, é importante termos clareza da necessidade de medicar crianças e adolescentes em desenvolvimento, com medicamentos controlados. (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 47)

O processo de construção do pensamento crítico perante a Psicologia no âmbito educacional ocorreu nos anos 80 após críticas de Maria Helena de Souza Patto (1984;1999) sobre a medicalização e a relação com o fracasso escolar.

Tais concepções possibilitaram: a) entender que a produção das dificuldades identificadas na escolarização ocorre por meio de práticas educativas e políticas educacionais permeadas por estereótipos e preconceitos em relação ao pobre e à pobreza, com destaque para a Teoria da Carência Cultural; b) repensar o papel dos profissionais de saúde de forma a não referendar as dificuldades que são de ordem social, cultural e pedagógica como se fossem questões meramente individuais, orgânicas ou familiares e c) destacar o papel ético-político da Psicologia como ciência e profissão frente ao fracasso escolar da educação brasileira, representado pelos altos índices de reprovação e de exclusão escolar. (SOUZA, 2014, p. 14).

Portanto, as questões referentes ao ensino aprendizagem são individuais de cada estudante – se tratando de contextos sociais pois cada um tem sua própria história - e cabíveis segundo Souza (2014) a escola, as práticas pedagógicas e institucionais são realizadas de forma coletiva, da estrutura e expectativa sobre o aprendizado das crianças de camadas sociais populares.

Em 1990 estudos como da médica pediatra e pesquisadora Maria Aparecida Affonso Moysés e da pedagoga e pesquisadora Cecília Azevedo Lima Collares<sup>1</sup> foram se posicionando e confirmando os questionamentos orgânicos dos estudantes perante a medicalização de Patto (1994;1999), o assunto já ultrapassa a área da Psicologia.

Nos anos 2000 se intensificam os primeiros debates nas Universidades na luta contra as novas políticas públicas instauradas no Brasil sobre as avaliações em massa da rede pública escolar na identificação de estudantes com hipotéticos distúrbios ou transtornos, essas totalmente contrário dos estudos de Patto, Moysés e Collares por conta de uma onda de “explicações organicistas e biologicistas para as dificuldades escolares” (SOUZA, 2014) proporcionando o aumento de prescrições para medicamentos psicoativos. Segundo Souza (2014) essa “nova era [...] de influência biologicista sobre o processo educacional e na área de saúde mental, com o fortalecimento de concepções de neurociências de base positivista” só fortaleceu a escola, os pais e profissionais da saúde a permitir novos laudos de possíveis transtornos, dislexia, TDA, TDAH e autismo, contribuindo para uma compreensão ideológica da realidade, pois ao invés de investigar as condições sociais e culturais das sociedades de classes, reproduzimos a individualização dos problemas sociais. Neste período houve debates sobre o tema, em especial o realizado em São Paulo em 2010, com a participação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e o Sindicato de Psicólogos de São Paulo no enfrentamento ao projeto de lei “que previa o diagnóstico de todos os estudantes da Educação Básica da cidade de São Paulo visando identificar a dislexia, bem como o tratamento a ser oferecido e a formação de professores para avaliar precocemente os sintomas do transtorno” (SOUZA, 2014).

Se tratando de dados brasileiros ao decorrer do anos, em 2005 a 2007 relatórios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA revelam que os

estudos do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram 65% a 68% a utilização de medicamentos entre o primeiro e o terceiro ano de vida, enquanto a população infantil de quase três anos e quase cinco anos apresentaram 55,8%.

No Brasil o quinto levantamento sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio aponta que 12,6% de crianças com 10 a 12 anos (terceira a sexta séries) de um universo de 48.155 estudantes usam medicamentos como droga de abuso sendo que entre os mais prevalentes encontram-se os anfetamínicos, os ansiolíticos, os anticolinérgicos, barbitúricos, opiáceos, xarope, alucinógenos orexígenos e esteróides anabolizantes (ANVISA, 2008, p. 34-35)

A ANVISA (2008) ainda salienta que é necessário “conhecer as motivações, os valores envolvidos e o sentido associado à opção pelo uso de medicamentos” e neste processo o professor pode fazer parte, pois é quem está diariamente com o estudante.

Este artigo busca compreender a relação entre o processo de patologização e consequente medicalização da educação e seus respectivos desdobramentos na prática docente, na busca da discussão sobre a medicalização da vida e da educação e como isso ocorre na escola capitalista.

Mas de que forma esse fenômeno se manifesta? O que é considerado um comportamento inadequado? A ponto de medicar crianças por tais? A resposta mais recorrente tem sido elaborada através de pílulas nas mais diferentes faixas etárias.

Este movimento de medicalização, tem-se revelado como um pensamento enraizado e construído ao longo da experiência no âmbito educacional de docentes e instituições escolares, deixando de lado a dimensão desenvolvimental em sua origem social, e seu respectivo desdobramento na organização mental, como exemplificado abaixo.

A atenção é uma função psicológica que deve ser constituída ao longo de processos educativos na infância e cujo desenvolvimento depende da qualidade dos mediadores culturais oferecidos pelos adultos (Eidt & Tuleski, 2007b). Desse modo, não se trata de esperar que as crianças naturalmente sejam atentas na escola, independente dos conteúdos, da qualidade do trabalho pedagógico e das necessidades e possibilidades do desenvolvimento infantil. (MEIRA, 2012, p. 138)

Neste contexto, compreendemos que crianças desenvolvem sua atenção por meio de processos mediados por adultos. Processos estes que são baseados culturalmente e economicamente pela sociedade, praticado na escola através de atividades e conteúdos pedagógicos. Franco, Mendonça e Tuleski (2020) ressaltam que as práticas pedagógicas dos docentes devem ser alteradas para uma efetiva formação continuada, com condições que o professor organize a jornada teórica de trabalho além daquilo que já estabelece em sala, para transformar a forma de aprender dos alunos.

Os resultados da pesquisa e as problemáticas expostas ao longo do trabalho tem relação com as reflexões teóricas realizadas. Compreendemos que a produção de conhecimento científico se dá entre prática e teoria, de forma sistemática. A partir dessas considerações, a trajetória construída durante a pesquisa apresenta uma reflexão sobre o tema, vale ressaltar a importância de averiguar e consultar profissionais especialistas em casos de desconfiança e o mínimo sinal de algum distúrbio ou transtorno, pois existem estudantes que realmente necessitam de intervenções medicamentosas. A discussão se trata de como compreender a relação entre o processo de patologização/medicalização da educação e seus respectivos desdobramentos na prática docente, identificar o fenômeno da medicalização/patologização na educação, refletir sobre o papel docente mediante ao processo de medicalização e identificar e contextualizar a função social da escola e seu respectivo desafio mediante a medicalização/patologização da infância.

A apresentação dos conteúdos e estudos realizados neste artigo se dará em duas perspectivas, em tópico teórico-crítico, expondo as mais diversas visões de autores conceituados em relação ao tema; posteriormente as práticas pedagógicas da escola e professor pertencente a este estudo; e, por último, as considerações finais de nossa análise crítica sobre as vistas contemporânea da sociedade.

## 1. PRODUÇÃO DE FRACASSO ESCOLAR E A MEDICALIZAÇÃO NA ATUALIDADE

Nos anos 1980 Maria Helena de Souza Patto inicia uma revolução no modo de se pensar Psicologia Escolar que traz desdobramentos até a atualidade, na ocasião Patto (1984;1999) demonstra a falência analítica de correntes de pensamento como a Teoria da Carência Cultural e da marginalização social, que eram utilizadas como legitimadoras do processo de produção de fracasso escolar.<sup>1</sup>

Inaugura assim a crítica a produção de fracasso escolar, que calcada em uma profunda análise ideológica das correntes hegemônicas ficaram claras as intencionalidades ideológicas da Psicologia, alicerçadas em concepções que visam a biologização humana, individualização e, a psicologia de modo geral, pautadas fundamentalmente na adaptação, seleção e mensuração da inteligência, sendo claramente excludente em relação às crianças, famílias e professores. (PATTO, 1984)

Da década de 1980 até a atualidade, lá se vão mais de 30 anos, e este movimento teórico-prático de crítica a produção de fracasso escolar ainda se mantém presente, no entanto, os desafios postos à educação se reconfiguraram, principalmente quanto ao processo de medicalização e patologização infantil, tal como demonstrado na introdução, os dados têm sido alarmantes e crescentes em esfera global, entendemos que trata-se de uma nova roupagem a um velho problema.

Estudos recentes elaborados por Franco, Mendonça e Tuleski (2020), demonstram a medicalização como processo que envolve ordens sociais, políticas, financeiras e outras para questões médicas ou biológicas do sujeito. Para Welch, Schwartz e Woloshin (2008), a medicalização da vida cotidiana, transforma noções físicas ou psicológicas em sintomas de doenças, como a insônia e a depressão, respectivamente, provocando um verdadeiro surto de laudos médicos imprecisos.

A longo prazo, tais diagnósticos seguidos de medicalização podem trazer prejuízos neurológicos e físicos de grande risco, principalmente se tratando de pessoas em idade escolar.

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes conferir Patto (1989;1999) nas obras Psicologia e Ideologia: uma introdução à crítica da Psicologia Escolar e Produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia.

Verificamos a existência de crianças com diagnóstico de transtorno de aprendizagem na faixa etária de zero a cinco anos. De acordo com o referencial da Psicologia Histórico-Cultural, as funções psíquicas somente se converterão de elementares em superiores quando são asseguradas aos indivíduos condições adequadas de vida e educação. [...] Podemos supor que prescrições feitas nessa idade revelam desconhecimento acerca do desenvolvimento infantil e podem ocasionar prejuízos devido aos efeitos colaterais desses medicamentos. (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 43)

Debates críticos sobre este tema já acontecem entre alguns autores (Bastos, 2013; Collares, 1994; Hashiguti, 2009; Moysés e Collares, 2014), de modo geral revelam um aumento significativo de diagnósticos dentro do sistema educacional e consequente patologização/medicalização da educação.

Apesar de uma certa quantidade de pesquisadores neste campo, é possível perceber que o impacto acadêmico nos cursos de Pedagogia em relação ao tema não se sobressai em vista aos cursos de Psicologia, de acordo com pesquisas em plataformas científicas como Scielo e periódicos CAPES. Por isso faz-se relevante abranger o tema proposto, com o intuito de alcançar as práticas pedagógicas de professores e direcionar seu olhar para alunos que realmente necessitem de encaminhamentos médicos.

Franco, Mendonça e Tuleski (2020) buscam trazer a reflexão através de estudos da psicologia Histórico-Cultural e Vigotski para apresentar uma relação de apropriação e desenvolvimento interpessoal e intrapessoal como base de compreensão do desenvolvimento infantil e como o psiquismo se altera ao longo das etapas da vida, tornando a criação ou “educação” desta criança como algo difícil, como os momentos de crises, por exemplo, pode ser interpretado do ponto de vista medicalizante, como hiperativo ou falta de atenção.

Nas crises, essa criança se torna mais difícil de educar, e isso se faz justamente pelas conquistas ao longo do período vivido. De maneira geral, o lugar ocupado pela criança nas relações sociais não a satisfaz, não corresponde mais às suas possibilidades e daí decorre a necessidade de mudanças. (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 48)

O termo medicalização segundo Collares e Moysés (1994) veio se alterando recentemente, chamando-o assim, de patologização. As autoras discutem a patologização da educação argumentando que hoje existe uma necessidade crescente de explicar a dificuldade no ensino aprendizagem, através de diagnósticos clínicos imprecisos, tentando explicar o fracasso escolar de alguns alunos, cuja

consequência é carregar um problema ainda sem solução, estendendo o processo de ensino aprendizagem de forma mais dificultosa a longo prazo.

[...] observamos nas últimas três décadas o aumento do número de crianças encaminhadas pelas escolas, desde a tenra idade, para diversos tipos de atendimento especializado como psicoterapia, fonoaudiologia, neurologia, psiquiatria e psicopedagogia em virtude de transtornos de aprendizagem, muitas delas recebendo diagnósticos e tendo como indicação terapêutica a utilização de medicação controlada. Diante disso, inquirimos: como podemos compreender a medicalização? Medicalização é o mesmo que medicação? (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 39)

Com a criação/ampliação de novos campos do conhecimento, abre-se um leque de novas áreas e profissionais que auxiliam esse novo contexto. Dessa forma, a educação também vem sendo medicalizada, altos índices de fracasso entre os alunos mostram que a aprendizagem tem processo essencial em todas as áreas sociais, mas estão sendo relatadas como algo individual, pertencente ao aluno e por isso não tem responsabilidade pelo professor, ou seja, esse aumento da relação ao processo de transformação de questões sociais vistas como mais complexas, como por exemplo, a dificuldade no processo de escolarização e todos os problemas apresentados pelo indivíduo são vistos como um defeito em seu aparelho orgânico.

O conceito de medicalização foi utilizado em diversos estudos, especialmente a partir da década de 1970. Sua utilização refere-se tanto a uma forma específica dada às vicissitudes do processo de aprendizado quanto à reflexão sobre os acontecimentos no interior das instituições escolares ocorridos quando da higienização das práticas escolares. As discussões que envolvem o conceito de medicalização dizem respeito ao processo de conferir uma aparência de problema de Saúde a questões de outra natureza, geralmente de natureza social (SOUZA, 2011). (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 39)

Franco, Mendonça e Tuleski (2020, p. 46) diz que “[...]diferenciar o processo de medicalização e de medicação para enfatizar que o primeiro situa-se na transferência de problemas de ordem social e educacional para a esfera da saúde, especificamente a médica[...]”, ou seja, a medicalização se dá pelo processo no qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do habitual dos indivíduos. Desse modo, as manifestações sociais e políticas são levadas como questões biológicas, pertencentes a cada indivíduo.

Os autores ainda alertam que essa grande escala de diagnósticos contribuem para uma saída ainda maior de tratamentos clínicos e hospitalares, muitas vezes sem necessidade, trazendo riscos à saúde. Evidentemente, as indústrias farmacêuticas lucram milhares de reais com a venda de medicamentos, abrindo um leque gigante de pacientes que potencialmente podem desenvolver distúrbios, sem antes tê-los.

Sob forte influência da indústria farmacêutica, internacionalmente, a comercialização de substâncias como o Metilfenidato, utilizado para o tratamento de TDAH, e o Clonazepam, para quadros depressivos e de estresse, passaram a bater recordes de venda e de prescrição. O relatório apresentado pela Comissão Internacional de Controle de Narcóticos (ONU, 2015) faz um alerta mundial para o fato de que o aumento da fabricação de metilfenidato é um fenômeno global (SOUZA, 2014, p.13)

Esse grande aumento em laudos com medicações para crianças que por algum motivo tendem a fracassar no ensino escolar, podem ser elas confundidas com algum transtorno específico da aprendizagem? Assim como psicólogos, neuropediatras e psicopedagogos obtiveram grande espaço no âmbito educacional, advindas das transformações da sociedade nos séculos passados, dessa forma, o trabalho que tem desenvolvido podem não ser o suficiente para diagnosticar crianças com algum tipo de transtorno do neurodesenvolvimento, possivelmente, por não ultrapassar os métodos de avaliações e visitas quinzenais em seus consultórios, ficando à par de todo o contexto escolar, familiar e social da criança. Entendemos que as formas aligeiradas de avaliação não são suficientes para compreender o desenvolvimento da criança, produzindo um excesso de diagnóstico ou diagnósticos mal feitos fundamentado somente na psicometria.

Proença (2005) analisa os frequentes erros nos diagnósticos dos prontuários psicológicos de sua pesquisa e observa que a elaboração, conduta e resultado se assemelham sempre às mesmas queixas escolares.

[...] as perguntas efetuadas aos clientes, constatou-se que a maioria das entrevistas utiliza roteiros centrados na história de vida da criança (parto, nascimento, doenças, processo de desenvolvimento, acontecimentos traumáticos tais como separação dos pais, hospitalização, quedas, por exemplo), em antecedentes de problemas mentais na família, bem como em aspectos referentes à situação sócio-econômica familiar (PROENÇA 2005, p. 84).

Consideravelmente há uma notória culpabilização de ambos profissionais: o professor e o profissional da saúde - aos quais por motivos já revelados aqui (como baixa remuneração, falta de formação continuada...) não mudam tais condutas.

Portanto, o processo na atualidade se tratando da medicalização precoce ou desnecessária implica em consequências para a vida prática dos estudantes e professores

[...] o contexto escolar aparece como um lugar propício para identificar tais problemas relacionados ao comportamento, pelo fato de algumas crianças não seguirem as regras da escola, como ficarem sentadas, caladas e prestando atenção nas aulas por várias horas. O comportamento das crianças não corresponde às expectativas dos professores, os quais mencionam suas queixas aos pais que encaminham seus filhos para uma avaliação psiquiátrica já com indício de algum desvio. (MARTINHAGO, 2018, p. 3329)

Patto (1984) faz uma crítica em sua palestra na plataforma digital *Youtube* para o “Projeto Diálogos 6” no canal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo sobre a política educacional, pontua dois objetivos: baratear a escola pública e seu ensino, no sentido de economizar no sistema educacional brasileiro e o outro, maquiar estatísticas enquanto pesquisas revelavam que 98% dos estudantes frequentavam a escola. Certamente os números não conseguem mostrar que estar na escola não significa sair dela e estar plenamente apreendido por aquilo que ensina, mas reforça o fracasso escolar, visto que a escola pública não consegue atingir níveis satisfatórios em relação a particulares e também sua função social de formar sujeitos críticos.

E formar sujeitos críticos implica a compreensão dos processos de desenvolvimento infantil, portanto, o papel docente e mediador é valioso e deve ser avaliado criteriosamente para que casos como de estudantes que necessitem de atendimento psicológico, neuropediátrico, entre outros recebam um encaminhamento coerente a sua condição, não sendo utilizada a medicalização de forma arbitrária e desmedida como ocorre na atualidade.

## 2. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA MEDICALIZAÇÃO

A função social da escola para Saviani (2013) “[...] é a de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola devem organizar-se a partir dessa questão”, portanto, essa deve (ou deveria) ser a garantia do desenvolvimento dos alunos. Enquanto o papel docente é de propiciar este saber elaborado, sistematizado, utilizando do embasamento científico para os conhecimentos socialmente já produzidos.

Saviani (1999) aponta as problemáticas entre o Estado e a educação, recorda sobre o sistema capitalista de nossa sociedade, marcando diretamente para o confronto entre interesses públicos e privados, visto que a escola é determinada socialmente, ou seja, trata-se de uma instituição inserida na luta de classes. Contudo, a produção capitalista, em sua atuação política, reproduz suas ideologias na luta de classes, a escassez de criticidade e inclusão real compõem uma estratégia de manutenção do *status quo*, recaindo assim a culpabilização sobre os docentes e familiares, fato este indicado neste trabalho no capítulo anterior.

Meszáros (2008), por sua vez, também traz contribuições quando afirma que a educação não é um negócio, enfatiza o sentido mais enraizado da frase “[...]a educação não é uma mercadoria”, embora o movimento capitalista insista nesta condição. É preciso clareza de que não são necessárias somente estratégias formais para superar estas alterações em termos de aparência da escola.

Ao analisar as contradições inerentes da lógica capitalista, pontua que os limites do pensamento educacional, ainda pairam no sentido reformista dado o enraizamento das contradições, as determinações do capital, são sobretudo, irreformáveis. Ressalta as margens interesseiras do capital no âmbito das reformas, e a designação de *contradição em termos*. Portanto, chegar a raiz do problema a atingir um patamar de mudança é essencial, ou seja, não somente de reformas educacionais que o próprio capital faz, mas para priorizar o ser humano como centro de necessidades, ao invés de criar sujeitos que trabalhem no modo de produção capitalista atual, se perpetuando desta prática.

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional não pode ser senão o rasgar da camisa de força da forma lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios

disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MESZAROS, 2008, p.35)

Assim para superar essas barreiras a educação conforme Meszáros (2008) deve se basear na compreensão de uma sociedade cuja educação seja ampla - para todos e garantir a luta por este objetivo de superação ao capitalismo, de mudança radical e principalmente do rompimento da lógica desmistificadora, “[...] romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p.47), ou seja, essa lógica fetichizada que atrai o sujeito para o processo capitalista é a mesma que o torna consumidor, sendo oprimido e portanto parte desse processo opressor.

Para Mézáros (2008) uma alternativa de mudança seria para além do campo formal, alcançar no campo essencial não somente leis e reformas educacionais mas buscar nas raízes do problema, superar esse modo de produção que aliena, explora e oprime. Reconhecendo o indivíduo como ser humano e oferecendo uma educação digna, justa e igualitária. Já que para uma reforma educacional profunda é necessária uma concepção de uma sociedade mais justa.

Conforme Peroni (2008) as formas de governo foram se alterando, transformações acontecendo principalmente o Estado que fora “[...] diminuindo o seu papel no que se refere às políticas sociais”, a autora explica que a tendência nos anos 1980 foi a democratização da escola, período de expansão do acesso às pessoas a mesma, do acesso ao saber, na busca da sociedade imparcial. Enquanto 1990, como confirma Peroni (2008) foi um período mais tecnicista, visando a qualidade e eficiência numa lógica comercial.

Evidentemente passamos por períodos sombrios em nosso país, não existe a possibilidade de falar em educação sem citar as políticas atuais envolta de retrocessos, e inúmeros escândalos. Tal conjuntura envolve ausência de recursos financeiros para a escola nas compras de materiais adequados, a falta de incentivo à formação continuada para professores e profissionais da educação, verbas direcionadas à reforma e estrutura das instituições.

A escola passa então a ser exatamente como deveria: precária. A miserabilidade da nossa escola atual não é um desvio, algo a ser consertado dentro do capitalismo, mas sim a sua forma de existência.

Rossler (2004, p. 102), por sua vez, destaca as contribuições de Leontiev (1978) quando o autor indica que a constituição do psiquismo se dá “[...] pela apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade, consiste num processo mediado por outros indivíduos. Sendo assim, trata-se sempre e necessariamente de um processo “educativo”, não somente relacionado à participação da escola, mas de todo o meio social - da linguagem, intenção, tradições (ROSSLER, 2004).

Partindo do fundamento dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, Leontiev (1978), destaca que a propriedade biológica é a primeira condição de um indivíduo na humanidade. No entanto, essa humanização deve se constituir por meio do contato com a atividade real – das mais diversas gerações - e a interação com outros indivíduos.

Assim, podemos concluir que além das transformações sociais do indivíduo desde seu nascimento até seu desenvolvimento adulto ocorre pela vida cotidiana, no entanto a escola é um local privilegiado para tal transmissão, e tal processo transcende a função cognitiva, pois trata-se de uma constituição de personalidade mais ampla (VIGOTSKI, 2001).

Neste contexto, a relevância desse assunto se faz importante para o conhecimento de pais, alunos e professores que de alguma forma relacionam fatores de ordens sociais mais complexas com a dificuldade no processo de escolarização, embutidos em problemas do indivíduo, como um defeito biológico.

Desse modo, o que poderia ser resolvido por outros procedimentos educativos ou terapêuticos acaba desembocando na banalização do uso da medicação, que pode trazer consequências diretas e indiretas ao desenvolvimento das crianças a médio e longo prazo. (FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020, p. 44)

Maia (2017, p. 01) relata que “essa realidade precisa ser questionada, criticada e transformada, e somente a partir da compreensão de um fenômeno é possível alterá-lo intencionalmente, na direção desejada”, numa posição científica.

É importante atentar que a teoria não se realiza sozinha na prática, conforme Fortuna (2015, p. 65) relata que o “[...] processo pedagógico, teoria e prática precisam dialogar permanentemente, fugindo da ideia tradicional de que o saber está somente na teoria, construído distante ou separado da ação/prática”, tentamos

compreender as dificuldades dos docentes em organizar, planejar e executar suas aulas e certamente não é possível culpar o professor pelo fracasso escolar.

É necessário discutir sobre a importância de desnaturalizar a medicalização visto que estudos revelam que as representações sociais dos professores sobre distúrbios e transtornos estão baseadas em conceitos apresentados pela mídia, pelos cursos de capacitação e por orientação dos próprios profissionais da saúde. (CORDEIRO;YAEGASHI;OLIVEIRA, 2018)

Frente a tal contexto é notório também identificar que o processo de medicalização vai além dos estudantes, pois os professores também estão sendo medicados, um exemplo icônico é o relatado no documentário sobre as condições de trabalho e a saúde das professoras da rede municipal de Marília (SP) – “Professoras de Marília (2012)”.

Evidente que estudantes e professores necessitam de atendimentos da área da saúde, principalmente se tratando da psicologia e psiquiatria. Souza (2005) apresenta análises sobre os prontuários psicológicos de estudantes e critica a forma como lidam profissionalmente com essas questões, onde

[...] as questões escolares pouco comparecem nos roteiros de entrevistas psicológicas; os testes são os instrumentos principais de avaliação psicológica e os encaminhamentos desconsideram ações no campo educacional. Tais dados indicam a necessidade de repensar as práticas psicológicas frente aos encaminhamentos por problemas escolares” (SOUZA, 2005, p.1)

Registramos neste trabalho as séries de problemáticas sobre a medicalização e os efeitos que causa no âmbito escolar, seja ela na propagação de informações incorretas no tratamento medicamentoso em crianças e adolescentes, nos altos índices de estudantes medicalizados, nas formas de intervenções de profissionais de outras áreas e as práticas docentes.

Visto que o período da infância ocorre por muito tempo dentro da escola, cabe ao professor, aos pais e a instituição apresentar uma educação para a transformação social, ampla e emancipatória (MESZAROS, 2008, p. 76), esse é o verdadeiro sentido da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, fica necessário a compreensão da diferenciação entre medicar e medicalização. O primeiro se trata de produtos elaborados para [...] diagnosticar, prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, produzidos com rigoroso controle técnico (ANVISA, 2010, p. 12), enquanto a medicalização conforme autores citados acima se trata de problemas de conjuntura social, econômica, histórica e até mesmo no ensino aprendizagem transformados em fatores de ordem biológica e orgânicas do ser humano, ou seja, medicar para “curar” algo que não existe medicação para tal. Também é necessário abordar estes conceitos a título de informação aos professores e profissionais de saúde aos quais são submetidos a acompanhar estes estudantes. De certa forma este fenômeno ocorre por conta de suas observações e avaliações individuais dos alunos e pacientes, observar o contexto social, econômico, emocional também faz parte de um bom diagnóstico, seja ele medicamentoso ou outras formas de lidar com o que está sendo naturalizado: o fracasso escolar.

As práticas docentes partem deste fracasso escolar que é reconhecido logo nos primeiros meses do ano letivo, imperioso discutir o papel que essas condutas embasadas em conhecimentos prévios ou literaturas antigas causam a longo prazo. Estudantes que se comportam de forma mais agitada, com falta de atenção, extroversão são encaminhados na maioria das vezes pelas escolas e analisados por profissionais da área da saúde por conta da queixa escolar e esse tipo de comportamento, mais e mais laudos aligeirados são produzidos, dessa forma, a medicalização se torna presente e os índices de crianças e adolescentes sendo medicados continuam aumentando.

Assim surge a necessidade de um engajamento crítico e político para a atuação do docente. Crítico, pois o educador deve excluir a produção do fracasso escolar e repudiar os comportamentos para tal, se faz necessário repensar a culpa que recai sobre os estudantes nesse sentido, se tratando de seres históricos que também são, das histórias por trás de cada indivíduo e todo contexto social envolvido. Já o engajamento político se retrata nas leis e documentos oficiais da educação brasileira - como LDB, PCNs, planejamentos prontos das Secretarias e

afins, que reforçam o fracasso escolar quando propõem alternativas de ensino não condizentes com a realidade da sociedade contemporânea que vivemos.

Por fim, reconstruir a criticidade frente a naturalização do não aprender é essencial, comportamentos como os citados são um tanto quanto naturais das crianças, as autoras Brzozowski e Caponi (2013, p. 215) diz que os comportamentos como a falta de atenção, às dificuldades encontradas no ensino aprendizagem e agitação não são muito toleradas socialmente, e por este motivo transformamos estes desvios em transtornos. Exige demanda e um olhar constante e atento dos educadores, necessariamente no sentido de desnaturalizar o fracasso escolar por conta de fatores biológicos das crianças e adolescentes, sem medicaliza-las.

O estudo permitiu compreender a necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores e para profissionais da saúde, modificando as formas de intervenções aos quais são avaliados os estudantes, seja pela não informação atualizada destes profissionais sobre o tema até diagnósticos baseados em sintomas, chegando por fim à medicalização. (PINHEIRO *et al.*, 2020)

## REFERÊNCIAS

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O contributo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o uso racional de medicamentos, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/relatorio-do-projeto-educacao-e-promocao-de-saude-no-contexto-escolar-2005-2007.pdf/view>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BASTOS, H. P. (2013). **Saúde e educação**: reflexões sobre o processo de medicalização. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, São Paulo.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Medicalização dos desvios de comportamento na infância**: aspectos positivos e negativos. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2013, v. 33, n. 1, pp. 208-221. Epub 09 Maio 2013. ISSN 1982-3703. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nsyXmyxCm5p5JFHzymj9tLm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Aparecida Affonso. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (**a patologização da educação**). **Série Idéias**, São Paulo, p. 25-31, 1994. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_23\\_p025-031\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf). Acesso em: 03 out. 2021.

COLLARES, C. A. (1994). **O cotidiano escolar patologizado**: espaço de preconceitos e práticas cristalizadas. (Tese de livre docência). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo.

COLLARES, C. A. & Moysés, M. A. A. (2014). **Educação na era dos transtornos**. In L. S. Viégas, M.I. Ribeiro, E. C. Oliveira & L. A. Teles (Eds.). Medicalização da educação e da sociedade. Ciência ou mito (pp. 47-69). Salvador: EDUFBA.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/55844103/o-planejamento-da-pesquisa-qualitativa-teorias-e-abordagens-norman-denzin-e-yvon>. Acesso em: 25 set. 2021.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20091.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

FORTUNA, Volnei. **A relação teoria e prática na educação em Freire**. REBES - Rev. Brasileira de Ensino Superior, 1(2): 64-72, out.-dez. 2015 - ISSN 2447-3944.

Disponível em: < <https://seer.imes.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056/746>>. Acesso em: 08 out. 2021.

FRANCO, A. de F.; MENDONÇA, F. W.; TULESKI, S. C. **Medicalização da infância: avanço ou retrocesso. Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.032020, p.38-59, dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8289.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo - Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032013000400007file:///C:/Users/Acer/Downloads/GIL-%202002%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007file:///C:/Users/Acer/Downloads/GIL-%202002%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF). Acesso em: 23 set. 2021.

GOMES, Romeu. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-79. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2021.

HASHIGUTI, S. T. (2009). **O discurso médico e a patologização da educação**. Trab. Ling. Aplic. Campinas, 48(1), 41-51.

MAIA, Camila Moura Fé. **Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação**. Brasília, DF. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: < [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23706/1/2017\\_CamilaMouraF%C3%A9Maia.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23706/1/2017_CamilaMouraF%C3%A9Maia.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2021.

MARTINHAGO, Fernanda. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. **Artigo Ciênc. saúde colet.** 23. Florianópolis, SC. p. (3327-3336), junho, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/nW6W5M9Tt4gzjKPCYdtfpzw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 mar 2022.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 135-142.

MESZÁROS, I. 1930, A educação para além do capital, editora: Boitempo, 2º edição, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A autonomia docente em tempos de Neoliberalismo e Terceira Via**. In: XVI Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/Cone-Sul: Universidade Nacional de Luján, Buenos Aires, Argentina, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira *et al.* **Fracasso escolar**: naturalização ou construção histórico-cultural?. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2020, v. 32, n. 1 [Acessado 11 Abril 2022] , pp. 82-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5698>>. Epub 09 Abr 2020. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5698>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PROENÇA, Marilene. Prontuários revelando os bastidores do Atendimento Psicológico à queixa escolar. *Revista Estilos da Clínica*, 2005, Vol. X, nº 18, p. 82-107. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v10n18/v10n18a08.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

PROJETO, CINETRABALHO. Professoras de Marília (2012). Youtube, 06 out. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2vfTeeRulOM>>. Acesso em: 08 out. 2021.

ROSSLER, João Henrique. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 100-116, abril 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! Dermeval Saviani.- 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11º. ed. revisada. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**/ Antônio Joaquim Severino, - 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870098/mod\\_resource/content/3/SEVERINO\\_Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cientifico\\_2007.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870098/mod_resource/content/3/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2477794/mod\\_resource/content/1/A%20construcao%20do%20pensamento%20e%20da%20linguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2477794/mod_resource/content/1/A%20construcao%20do%20pensamento%20e%20da%20linguagem.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2021.

VIGOTSKII, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKII, L. S., LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 4.ed. Tradução Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone: Universidade de São Paulo, 1988, p.103-118.